

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 420, DE 2001

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para instituir datas e horários para realização de concursos públicos.

Autor: Deputado WILSON SANTOS e outros

Relator: Deputado INALDO LEITÃO

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado WILSON SANTOS é o primeiro subscritor desta proposta de emenda à Constituição, que intenta acrescentar o § 11 ao art. 57 da Lei Maior, para instituir datas e horários para realização de concursos públicos.

Na sua justificação, os ilustres autores reafirmam que “o texto foi silente no que diz respeito às datas e horários em que deveriam ser realizados os concursos públicos, ignorando o legislador constitucional uma situação de extrema gravidade para uma parcela considerável da população”.

Mas esclarecem que “essa parcela da população, de cristãos, que têm como dogma a observância estrita dos mandamentos da Lei de Deus, entre os quais está a santificação do sábado, vê-se cerceada de participar dos concursos realizados naquele dia, em razão de suas crenças religiosas”.

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, (art. 32, III, *b*, e 202, **caput**), compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pronunciar-se, preliminarmente, sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, cabe, então, examinar se a PEC nº 420, de 2001, foi apresentada pela terça parte, no mínimo, do número de Deputados (art. 60, I, da C.F.), o que, segundo se infere do levantamento realizado pela Secretaria-Geral da Mesa, está atendido, pois cento e noventa e três Deputados a assinaram validamente.

Por outro lado, não poderá a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (art. 60, § 1º, da CF), circunstâncias que, no momento, não ocorrem, eis que o País se encontra em situação de plena normalidade político-institucional.

Há que considerar, ainda, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir (art. 60, § 1º, da CF) a forma federativa de Estado (inciso I), o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II), a separação dos Poderes (inciso III), ou os direitos e garantias individuais (inciso IV).

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe não afronta nenhuma das vedações, passando assim pelo crivo dos preceitos constitucionais invocados, nada obstando à sua livre tramitação nesta Casa.

Finalmente, quanto à técnica legislativa e à redação, há alguns reparos a serem feitos no contexto da proposição em tela, de modo a ajustá-la às normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, o que deixamos a cargo da Comissão Especial, que examinará o mérito e elaborará a redação final, a teor do art. 202, § 2º, c/c o art. 197, ambos do Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso voto é pela admissibilidade da PEC nº 420, de 2001, por contemplar os requisitos essenciais do art. 60, I, §§ 1º e 4º, I a IV, da Carta Política.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado INALDO LEITÃO
Relator